

Apresentação

As reações a uma agenda em favor da igualdade de gênero e da diversidade sexual é um fenômeno com dimensões globais. No entanto, aqui no Brasil, é possível perceber a renovação dos ideais neoconservadores frente a uma temporalidade sublinhada pelos avanços dos direitos reprodutivos e sexuais e pelas mudanças na correlação de forças no campo religioso, com o declínio numérico do catolicismo, a expansão e maior incidência pública dos grupos neopentecostais. Trata-se, nesta perspectiva, de uma nova configuração na qual atores e grupos religiosos reagem às transformações societárias lançando mão de alianças para garantir uma pretensa hegemonia moral.

As novas configurações do ativismo neoconservador vêm engendrando um maior protagonismo ao longo dos últimos anos, tanto nos discursos como também nas estratégias de convencimento das populações. Ainda que as instituições religiosas e suas hierarquias continuem sendo atores relevantes, o neoconservadorismo vem recebendo a adesão, por exemplo, de organizações da sociedade civil que realizam campanhas a favor da vida ou da família “tradicional” e por representantes de diferentes agremiações políticas que priorizam a recusa a uma agenda de direitos sob o amplo espectro dos direitos humanos (CASTRO ROCHA, 2021).

Desta maneira, na disputa entre moralidades, se destacam, de um lado, atores religiosos conservadores, e de outro, movimentos feministas e LGBTQIA+. A politização dos ambientes religiosos reconfigura e maximiza os espaços democráticos de participação de modo a ampliar a representação em contextos nos quais se entabule a discussão e deliberação sobre políticas sexuais, de gênero e família. Não por acaso, trata-se de uma dimensão reativa dos atores religiosos que mobilizam fiéis e exacerbam uma interferência cada vez mais explícita na formulação e aprovação de leis, na implantação de políticas públicas e nos processos eleitorais (DIP, 2019).

Este movimento, a despeito de se manifestar em uma vinculação aos ideais democráticos marcados pela diversidade e pluralidade, em última análise, acontece em uma estreita conexão com certos padrões atuais abarcados pelo autoritarismo e os processos de erosão e privatização da dimensão coletiva. Isso significa, igualmente, que um dos desafios recorrentes na atual conjuntura tem a ver com a defesa de certas premissas religiosas que promovem retrocessos e diminuem a possibilidade de participação e influência de grupos que atuam em defesa de direitos humanos, de pautas feministas e LGBTQIA+. Não raro, o que se busca é a estigmatização, o silenciamento, a criminalização, assim como, a produção de um conhecimento que

explicita desigualdades e violências de gênero. Ainda que seja um processo complexo e que envolve interesses variados é inegável o seu impacto no debate público atual.

Em nosso país a agenda neoconservadora é construída a partir da circulação de valores e de estratégias que tendem a seguir acirrando as tensões por conta da pretensão de certos segmentos de alcançarem uma hegemonia cultural e religiosa (TEILTELBAUM, 2020). Se o apelo por uma moral religiosa como ética pública interessa a diferentes grupos, resta saber, entretantes, como se manifestarão as possíveis diferenças em disputas de poder que envolvam o acesso a recursos econômicos e simbólicos, assim como, um maior espaço, visibilidade e reconhecimento no cenário político e institucional.

O neoconservadorismo é, em grande medida, um movimento reativo às transformações das sexualidades na sociedade contemporânea. Neste sentido, um dos principais objetivos a serem alcançados tem a ver com uma espécie de “re Cristianização” da sociedade por meio da mobilização da ordem jurídica vigente. Busca-se restaurar os arranjos morais, pretensamente, em crise. O âmbito jurídico e as estratégias legais ocupam um lugar privilegiado nos embates suscitados (SANTOS, 2017). Os diferentes protagonistas neoconservadores confluem em suas ações de modo a incidir sobre o papel do direito na definição de um ordenamento hierárquico sobre o gênero e as sexualidades, gerando tensões entre agendas referenciadas por éticas pluralistas e interesses antagônicos ao pluralismo (LACERDA, 2019).

Um aspecto que nos parece primordial nesta conjuntura intrincada é o desafio para compreender a reconfiguração de leis e políticas públicas específicas, bem como, a reorganização das relações entre o Estado e a sociedade de uma forma mais ampla. Importa, sobretudo, atentar para a maneira como os diferentes atores alinhados às pautas neoconservadoras intensificam e transformam seu modo de participar dos embates e também do jogo político. É preciso observar, por um lado, aquilo que se coloca no horizonte das responsabilidades por aquilo que vivemos e, por outro, a forma como as questões morais acabam sendo politizadas (DORIA, 2020). Seja numa direção ou outra, no fundo, o apelo aos valores da família persiste por meio de dispositivos de controle nos quais se engendra a reprodução social das hierarquias, apresentadas como naturais, cristãs, majoritárias.

Em um sentido contrário à pluralidade e à democracia, o que se vislumbra no cenário brasileiro atual é uma justificativa governamental em favor de uma violência difusa aliada a recusa pela agenda de justiça e dos direitos humanos. Para além das restrições aos direitos individuais em nome da família, os neoconservadorismos vêm explicitando delimitações mais rígidas para os conflitos políticos e a naturalização das

desigualdades. Na medida em que estas passam a ser normalizadas, o resultado é um esgarçamento da dimensão coletiva com a redução ou até desmonte dos aparatos estatais de proteção (AVRITZER, 2019). Ademais, sendo impossível relevar os dilemas decorrentes da vulnerabilidade humana, especialmente nestes tempos obscuros de Pandemia, o neoliberalismo e o individualismo exacerbado convivem com o apelo ao suporte familiar e com as pressões para que as mulheres assumam seu papel tradicional nas relações de cuidado.

Com a “flexibilização” das relações de trabalho, as inseguranças cotidianas são impactadas pelas preocupações com o sustento, principalmente para quem vive as consequências nefastas advindas da crescente vulnerabilidade social. Esta moralização das inseguranças é, também, um potente dispositivo para as expressões dos neoconservadorismos no âmbito da política e da governamentalidade de acordo com o entendimento preconizado por Michel Foucault¹. O apelo se faz nos enquadramentos a família nuclear e heterossexual, pois, em última análise, certas fragilidades dos arranjos familiares não seriam decorrentes da ordem da econômica ou política. Não seriam resultantes das transformações sociais ao longo dos tempos por demandas científicas, culturais, políticas ou jurídicas. Na verdade, tudo estaria ligado a uma ordem moral. Um afastamento do tradicionalismo levaria, invariavelmente, à insegurança, falta de referências e ao caos. Em certo sentido, esse tipo de discurso respalda ações não populares como no caso da desregulamentação das relações de trabalho, restrições aos investimentos públicos em saúde, educação, limitação de aposentadorias, como um apelo de que o mais relevante seria o contraponto à corrupção moral e a dita “libertinagem” sexual (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Não por último, é necessário descortinar ainda algumas palavras acerca da relação entre a pandemia do COVID-19 e a própria democracia. A despeito do fato de que esta talvez ainda necessite ser melhor contada no futuro, de antemão, o que já é possível observar é a relevância de políticas públicas no âmbito do nosso sistema de saúde. A crise econômica pode, entretantes, seguir abrindo caminho para que lideranças autoritárias continuem forjando ameaças amparadas por um imaginário misógino,

¹ “Trata-se de conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma serie de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma serie de saberes” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

racista e xenófobo. A crise pandêmica tem servido, inclusive, como desculpa para a renovação dos conflitos em um contexto muito difícil ao entendimento.

Esta obra busca enaltecer a mobilização pela defesa da democracia e da justiça social. Afinal, vivemos um paradoxo civilizatório que se explicita de maneira muito incisiva no Brasil. A reação à direitos encontra nos movimentos feministas, LGBTQIA+, negros, indígenas e outros setores que atuam em defesa dos direitos humanos engajados e ativos nos debates e nas disputas. As forças democráticas renovam suas estratégias e suas alianças para fazer frente ao autoritarismo e à escalada de afrontas aos direitos humanos.

O propósito das abordagens aqui delineadas deixam claro que existe um movimento estratégico de oposição às demandas de gênero que se consolida de forma organizada e com o propósito de ampliar a sua incidência em relação a uma possível hegemonia do patriarcado e da heteronormatividade. Por meio de uma tematização alarmista e preconceituosa acerca dos riscos da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana, esta ofensiva busca garantir maior espaço às Igrejas e, ao mesmo tempo, conter o avanço de políticas sexuais voltadas para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e de grupos dissidentes da ordem sexual hegemônica. Deste modo, a intenção nesta obra coletiva, é divisar questões presentes na realidade brasileira reforçadas, sobretudo, por um forte apelo a uma pretensa “moralidade” catalisando manifestações contrárias às políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas voltadas a enfrentar preconceitos, prevenir violências, combater discriminações sexistas ao enfatizar a importância dos direitos humanos na construção da dignidade.

Diante do exposto, a obra “Conceitos e Preconceitos de Gênero na Sociedade Brasileira Contemporânea: Perspectivas a partir dos Direitos Humanos” divide-se em nove capítulos. No primeiro, é abordado o tema da transformação histórico-familiar e o reconhecimento de novos arranjos familiares na perspectiva dos Direitos Humanos a partir da Constituição Federal de 1988 no Brasil. No enfoque, Larissa Reginatto Saldanha e Noli Bernardo Hahn buscam analisar os novos modelos familiares e as transformações sociais decorrentes no âmbito das sociabilidades contemporâneas.

Na sequência, dois pesquisadores espanhóis, Juan José Tamayo e Octavio Salazar Benítez, pautam seus estudos na superação feminista das masculinidades sagradas. De acordo com os autores, o patriarcado, entendido como uma ordem política, econômica e cultural, continua a ser dominante e, portanto, oferece obstáculos à igualdade de gênero. Obstáculos que derivam de um modelo de masculinidades hegemônicas que perpetuam relações assimétricas e uma ordem cultural baseada na subordinação das

mulheres. Para eles, as religiões são um fator essencial nesta reprodução do patriarcado.

A exposição pornográfica não consentida na perspectiva judaico-cristã no contexto latino americano é o título da contribuição proposta por Claudete Beise Ulrich e Taiane Martins Oliveira. As autoras ampliam o horizonte compreensivo acerca do alcance da ex(in)timidade feminina no espaço cibernético em relação a pornografia da vingança, levando em conta a cultura judaico-cristã e a sociedade da transparência. Acentuam que a violência simbólica é uma aliada fundamental para sustentação da sociedade psicopolítica. A passagem da sociedade biopolítica com o seu controle de corpos para uma sociedade psicopolítica contribuiria para uma ideia de aversão para com a nudez feminina, legitimando o controle dos corpos das mulheres.

No quarto artigo desta obra, Alana Taíse Castro Sartori e Noli Bernardo Hahn ampliam a temática da diversidade sexual em sua interlocução com o direito e a religião. Questionam de que maneira possíveis aproximações entre estas áreas do saber podem demandar meios para a emancipação e a dignidade das pessoas com gêneros ou orientações sexuais diferentes dos padrões binários e heteronormativos. Buscam demonstrar como algumas formas de interpretação dos escritos bíblicos, por exemplo, podem fundamentar discursos discriminatórios, emancipadores e de reconhecimento.

Edmo Cidade de Jesus e Clarindo Epaminondas de Sá Neto, no quinto texto, descortinam como o conhecimento jurídico é essencial para a conservação de hierarquias raciais vigentes no Brasil. Os autores recorrem aos fundamentos da formação da cultura jurídica nacional, da relação simbiótica entre governança racial e epistemologia jurídica, além da compreensão do direito como agente duplo no processo de hierarquização racial. A abordagem conclui que a construção epistemológica do direito instrumentaliza a raça de modo a restringir a condição de humanidade ao padrão correspondente ao homem branco, heterossexual, cristão, proprietário, lançando as bases indispensáveis à invisibilização e à normalização do aniquilamento simbólico e material, epistêmico e físico, da população negra afrodiaspórica.

A seguir, Janaina Fernanda Teixeira e Osmar Veronese, entabulam uma discussão acerca da extensão do auxílio maternidade para indígenas menores de 16 anos a partir do diálogo transconstitucional. O estudo analisa de que forma a extensão do auxílio-maternidade a adolescentes indígenas pode significar a efetivação de um Estado Social que considera a identidade indígena de maneira efetiva. Para tanto, a pesquisa aborda a função social do Estado na perspectiva da diversidade cultural e tece considerações sobre a conjuntura dos povos indígenas, e, de forma peculiar, examina a situação das

jovens indígenas da etnia Mbyá-Guarani, residentes na Terra Indígena Inhacapetum, localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Propugnar que a igualdade de gênero seja reconhecida como um direito humano e investir na erradicação da violência contra mulheres gerada pelas desigualdades, constitui-se num importante instrumento de desenvolvimento e alteração da paisagem geopolítica de municípios e regiões. Neste sentido, Sandra Vidal Nogueira e Cláudia Jussara Harlos Heck aprofundam um importante debate sobre a urgência de romper com os ciclos da violência contra as mulheres e o papel dos Centros de Referência de Assistência Social (CREAS) no sentido de superar ações pontuais, iniciativas assistencialistas ou de caráter compensatório.

O cenário brasileiro, invariavelmente, enseja uma reflexão sobre a moral reacionária no espaço público nos dias atuais. Os corpos enquanto construções sociais, tendem a ser marcados e domesticados por meio de arquétipos morais reacionários, em especial, na seara das sexualidades e do gênero. Estas, por sua vez, são realçadas por relações patriarcais de poder e fundamentalismos religiosos e estatais. Nesse sentido, Rosângela Angelin e Celso Gabatz se desafiam a compreender como a afirmação de uma retórica reacionária no espaço público brasileiro enseja desafios para os direitos reprodutivos das mulheres, sobretudo, quando ocorrem violações na perspectiva dos direitos humanos.

Por fim, o capítulo intitulado “Contribuições do conceito de *empatia* ao campo da Educação” de autoria de Sandra Vidal Nogueira, Claudete Beise Ulrich e Lucimary Leiria Fraga, busca contribuir com o debate a partir de interrogações suscitadas pelos percursos formativos no âmbito da educação a partir do conceito de empatia e do combate a violência escolar. A abordagem se desenvolve revisitando o pensamento de Edith Stein e avança, de modo propositivo, delineando questões pertinentes à noção contemporânea de aprendizagem biográfica.

Desejamos a todos e todas, uma edificante e profícua leitura.

Profa. Dra. Rosângela Angelin

Prof. Dr. Celso Gabatz

Primavera de 2021

Referências

AVRITZER, L. **O Pêndulo da Democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO ROCHA, J. C. de. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**. Crônicas de um Brasil Pós-Político. Goiânia: Caminhos, 2021.

DIP, A. **Em Nome de Quem?** A bancada evangélica e o seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

DORIA, P. **Fascismo à Brasileira**. Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Planeta, 2020.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LACERDA, M. B. **O Novo Conservadorismo Brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SANTOS, W. G. dos. **A Democracia Impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela Eternidade**. O Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista. Campinas: UNICAMP, 2020.